



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
DIRETORIA DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR



NOTA TÉCNICA Nº 548/2014- DIREG/SERES/MEC

**EMENTA:** Divulga o padrão decisório para os processos de Reconhecimento em análise na Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.

## I. INTRODUÇÃO

1. A presente Nota Técnica se propõe a divulgar o padrão decisório, em sede de parecer final e parecer final pós protocolo de compromisso, que guiará a análise dos processos regulatórios de reconhecimento em tramitação junto à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.
2. A presente Nota Técnica tem como universo de análise os processos de reconhecimento protocolados a partir de 2013. Os processos de reconhecimento protocolados até 2012 serão analisados conforme o disposto na Nota Técnica nº 141/2013 – DIREG/SERES/MEC, de 08 de março de 2013.
3. A apresentação dessa Nota Técnica inscreve-se no modelo de boas práticas de gestão que vem sendo aplicado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, na medida em que explicita parâmetros e assegura transparência à atividade regulatória, mantendo institucionalmente o seu registro.

## II. CONTEXTUALIZAÇÃO

4. A oferta de curso superior é condicionada à emissão prévia de ato autorizativo por parte do Ministério da Educação<sup>1</sup>. Os atos autorizativos emitidos pelo MEC para os cursos superiores são, em ordem cronológica: autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento. A legislação nacional preceitua que tais atos serão emitidos por prazo determinado, devendo ser periodicamente renovados, após regular avaliação.
5. No que concerne ao ato de reconhecimento, objeto específico desta nota técnica, o art. 35, do Decreto nº 5.773/2006, regulamentado pela Portaria Normativa MEC nº 24/2013, determina que os pedidos de reconhecimento de curso deverão ser protocolados no período entre 50 (cinquenta) e 75% (setenta e cinco por cento) do prazo previsto para a integralização da carga horária.
6. O reconhecimento é o momento em que um projeto de curso, em sua forma já consolidada e implementada, será analisado pelo poder público e avaliado diante dos padrões e referenciais de qualidade estabelecidos no SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.
7. Ressalta-se que o reconhecimento é condição necessária, juntamente com o registro, para a validade nacional dos diplomas e que tais diplomas são a prova da formação recebida pelo titular. Ou seja, o reconhecimento é ato de grande importância na vida de um curso e dos estudantes nele matriculados.

## II. PADRÃO DECISÓRIO – PARECER FINAL

<sup>1</sup> Art. 209, da Constituição Federal c/c Art. 46 da Lei nº 9.394/96 (LDB). Ressalva-se que, nos termos do art. 53, da LDB as universidades têm autonomia para criação, em sua sede, de cursos; tal autonomia foi estendida aos centros universitários pelo Decreto nº 5.786/2006.

AM

### No que concerne ao Conceito de Curso

8. Os processos de reconhecimento de Curso serão decididos com base nos conceitos obtidos em cada uma das dimensões avaliadas (organização didático pedagógica, corpo docente e tutorial, infraestrutura). Conforme decisão tomada pelo Colegiado da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, **serão considerados satisfatórios os conceitos maiores ou iguais a 2,5, tal como calculados pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.**

9. Vale reforçar que a SERES não funciona como órgão revisor dos resultados obtidos na avaliação *in loco*. Uma vez superadas as fases de impugnação e, eventualmente, de CTAA – Comissão Técnica de Acompanhamento de Avaliação – os resultados obtidos não poderão ser modificados na esfera administrativa e estarão aptos a subsidiar, juntamente com os demais elementos de instrução processual, a decisão da Secretaria.

10. No que concerne ao conceito de curso, os processos de reconhecimento de curso seguirão o seguinte padrão decisório:

- a. Conceito de Curso satisfatório e conceito satisfatório em todas as dimensões avaliadas - **Sugestão de Deferimento;**
- b. Conceito de Curso insatisfatório e/ou conceito insatisfatório em uma ou mais das dimensões avaliadas – **Sugestão de Protocolo de Compromisso.**

11. A instauração de protocolo de compromisso tem como objetivo dar à Instituição a possibilidade de sanear as fragilidades identificadas pela avaliação *in loco*. A IES poderá solicitar prazo de até 12 (doze meses) para implementar as medidas que julga necessárias para que seu curso alcance os padrões de qualidade definidos pelo SINAES.

12. Esgotado o prazo solicitado pela IES, o curso será submetido à nova avaliação *in loco*, que terá como objetivo verificar o cumprimento das metas pactuadas e a definição de novo conceito de curso.

13. Na vigência do protocolo de compromisso, poderá ser aplicada medida cautelar de suspensão de novos ingressos, nos termos do art. 61, §2º, do Decreto nº 5.773/2006.

### No que concerne aos Requisitos Legais e Normativos

14. A análise abaixo descrita dos requisitos legais e normativos somente será feita nos casos de o Conceito de Curso indicar sugestão de deferimento do pedido de reconhecimento de curso. No caso de o Conceito de Curso indicar a instauração de protocolo de compromisso, a análise dos requisitos legais somente será feita após a visita de reavaliação de protocolo.

15. No que concerne aos requisitos legais e normativos, os processos de reconhecimento de curso seguirão o seguinte padrão decisório:

- a. Todos os requisitos legais e normativos considerados atendidos – **Sugestão de Deferimento;**
- b. Um ou mais requisitos legais considerados não atendidos – **Sugestão de Deferimento com necessidade de avaliação *in loco*** quando da renovação de reconhecimento do curso.

16. Poderão ser realizadas diligências, em sede de parecer final, objetivando complementar a instrução processual.

17. A necessidade de realização de verificação *in loco* quando do próximo ato autorizativo objetiva dar à IES tempo para implementar as alterações necessárias à completa adequação do curso às determinações feitas pela legislação educacional.





18. Os requisitos normativos considerados não atendidos quando da análise do processo de reconhecimento deverão, necessariamente, ser considerados cumpridos quando da análise do pedido de renovação de reconhecimento.

19. Ressalta-se que o presente padrão decisório refere-se aos pedidos de reconhecimento, momento em que um curso já se encontra em funcionamento, com turmas regularmente matriculadas; assim sendo, observando o princípio da continuidade da oferta da educação superior, a Secretaria entende razoável a concessão de prazo para que o curso possa adequar seu funcionamento, inclusive para as turmas em andamento.

### III. PADRÃO DECISÓRIO – PARECER FINAL PÓS PROTOCOLO DE COMPROMISSO

20. A análise dos pedidos de reconhecimento nesta fase tem como objetivo verificar se os cursos, já avaliados anteriormente com conceito insatisfatório, conseguiram implementar medidas de melhoria suficientes para assegurar que as condições de oferta atinjam os padrões de qualidade exigidos pelo SINAES.

21. Ressalta-se que a presente análise é feita após decurso de prazo que poderá chegar até a 12 meses, prazo este escolhido pela IES, após o qual o curso foi submetido a nova avaliação *in loco*.

#### No que concerne ao Conceito de Curso

22. Nesta fase, os processos de reconhecimento de Curso, novamente, serão decididos com base nos conceitos obtidos em cada uma das dimensões avaliadas (organização didático pedagógica, corpo docente e tutorial, infraestrutura). Conforme decisão tomada pelo Colegiado da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, **serão considerados satisfatórios os conceitos maiores ou iguais a 2,5, tal como calculados pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.**

23. Assim sendo, no que concerne ao conceito de curso, os processos seguirão o seguinte padrão decisório:

- a. Conceito de Curso satisfatório e conceito satisfatório em todas as dimensões avaliadas - **Sugestão de Deferimento;**
- b. Conceito de Curso satisfatório com conceito insatisfatório em uma ou mais das dimensões avaliadas – **Sugestão de Deferimento combinada com:**
  - i. Para a IES sem autonomia: redução de 10% do número de vagas ofertadas para cada dimensão insatisfatória e necessidade de visita *in loco* quando do próximo ato autorizativo;
  - ii. Para as instituições autônomas: redução de 10% do número de vagas ofertadas para cada dimensão insatisfatória, suspensão das prerrogativas de autonomia para aumento de vagas pelo prazo de 1 (um) ano e necessidade de visita *in loco* quando do próximo ato autorizativo;
- c. Conceito de Curso insatisfatório - **Sugestão de abertura de processo administrativo** para aplicação da penalidade de cassação da autorização de funcionamento do curso, combinada com a suspensão do ingresso de novos alunos.

#### No que concerne aos Requisitos Legais e Normativos

24. A análise abaixo descrita dos requisitos legais e normativos somente será feita nos casos de o Conceito de Curso indicar sugestão de deferimento do pedido de reconhecimento de curso.

25. No que concerne aos requisitos legais e normativos, os processos de reconhecimento de curso seguirão o seguinte padrão decisório:
- a. Todos os requisitos legais e normativos considerados atendidos – **Sugestão de Deferimento;**
  - b. Um ou mais requisitos legais considerados não atendidos – **Sugestão de Deferimento com necessidade de avaliação *in loco*** quando da renovação de reconhecimento do curso.
26. Poderão ser realizadas diligências, em sede de parecer final pós- protocolo de compromisso, objetivando complementar a instrução processual.

#### IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

17. O padrão decisório estabelecido na presente Nota Técnica **NÃO** se aplica a cursos objeto de supervisões ou medidas cautelares especiais e pontuais, sendo tais processos decididos com base em padrões decisórios específicos divulgados pela SERES.
18. Cursos que passam por processos de saneamento cadastral e regulatório específico como, por exemplo, administração e pedagogia, serão analisados com base no padrão decisório estabelecido acima combinado com procedimentos específicos de atualização cadastral.
19. Pedidos de aditamento aos atos autorizativos devem ser protocolados de forma independente e obedecerão aos padrões decisórios próprios de cada tipo de pedido.
20. Caso seja identificada irregularidade na oferta, será sugerido o indeferimento do pedido de reconhecimento, com o consequente encerramento da oferta do curso.
21. Diante do exposto, encaminha-se à consideração superior.

Brasília, 09 de julho de 2014.



**LUANA M<sup>a</sup> GUIMARÃES C. B. MEDEIROS**  
Diretora de Regulação da Educação Superior Substituta

De acordo.



**JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS**  
Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior